

Roteiro para elaboração do Parecer Conclusivo do CAE

Caros Conselheiros e Conselheiras,

A atividade que será desenvolvida por vocês logo a seguir é uma ação muito importante, pois o Parecer do CAE é um dos instrumentos que viabiliza ao FNDE o conhecimento sobre a execução do Programa de Alimentação Escolar no seu município ou estado. Por isso, tenham em mente que tudo o que é registrado nesse documento é importantíssimo para nós. Além disso, a elaboração do Parecer de forma detalhada contribui para, juntos, melhorarmos o Programa.

Conceitualmente, um Parecer caracteriza-se como um documento descritivo de conteúdo técnico e resumido sobre determinada temática. Esse documento tem como finalidade apresentar ao FNDE, de forma clara e concisa, como foi executado o PNAE no ano que passou.

Para termos uma padronização nas informações, sugerimos um roteiro que pode nortear os seus relatos. Entretanto, vocês têm liberdade para expressar outras situações.

São apresentadas agora algumas dicas para o preenchimento do parecer para que nossa comunicação ocorra sem ruídos, como:

- Escrevam de forma legível, caso não seja possível a digitação do parecer;
- Sejam claros nas suas respostas e nos seu relatos;
- Não se preocupem com o número de linhas, utilizem quantas folhas vocês quiserem para preencher o Parecer. Saibam que é importante que o conteúdo do Parecer esteja dividido por clientela (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, EJA, indígenas, quilombolas, além da clientela atendida no Programa Mais Educação), ou seja, no mesmo Parecer vocês terão que falar do PNAE, PNAC, PNAP, PNAI, PNAQ e outras, subdividindo o documento em quantas vezes quiserem;
- Ao final do Parecer não se esqueçam de datar e assinar. É muito importante a assinatura do (a) presidente do CAE e dos demais conselheiros ao final do Parecer. Essa atitude nos dá sinal de que os conselheiros estiveram reunidos para a confecção do parecer, e ainda que todos concordam com o conteúdo. Ressaltamos que, caso o parecer tenha votação quanto ao conteúdo proposto, devem ser colocadas as propostas discordantes e o Conselheiro pode fazer uso da declaração de voto e explicitar o seu posicionamento;
- Nunca aceitem que outras pessoas façam o Parecer pelo Conselho, afinal de contas a elaboração do parecer faz parte do exercício do controle social e, no caso do Programa, o CAE é o órgão que controla, acompanha e fiscaliza as diversas atividades referentes ao PNAE;
- Os Conselheiros devem relatar todas as informações na execução do Programa, pois estas devem condizer com a realidade. Os relatos são de suma importância para que o FNDE possa melhorar a execução do Programa nos municípios e estados brasileiros.

Teremos muito prazer em ler os seus relatos, sabendo que juntos estamos construindo um país melhor e mais justo.

As suas atividades no CAE são muito importantes para o Brasil

Forma de gestão

Segundo as normativas do PNAE a execução do Programa nos municípios e estados brasileiros pode ocorrer das seguintes formas: Centralizada – quando a prefeitura compra os alimentos e distribui às escolas; Descentralizada – quando a prefeitura repassa o recurso para a escola que fica responsável pela compra; Com a participação de empresas do ramo de alimentação – quando a Prefeitura/Estado contrata uma empresa para fornecer a refeição, sendo que, nesse caso, a Entidade Executora (EE) deve proceder à compra dos alimentos e repassar à empresa para confecção e distribuição; os casos de execução Mista quando no município/estado acontecem duas ou três formas de gestão ao mesmo tempo.

1. Baseado nisso, descreva qual(is) a(s) forma(s) de gestão do adotadas em seu município/estado, no exercício anterior.
2. Sendo o CAE um órgão autônomo, deliberativo e participante do PNAE avalie a forma de gestão adotada pelo município/estado.

Execução compartilhada de recursos financeiros

O PNAE é uma política pública de responsabilidade compartilhada, ou seja, o Governo Federal, os Estados e Municípios devem alocar dinheiro para a realização do Programa. É por isso que o FNDE faz a transferência do recurso em caráter complementar para que seja feita compra exclusiva de alimentos.

Essa informação pode ser encontrada nos Art. 1º e 30 da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16.07.09, disponível na internet (www.fnde.gov.br).

3. Diante da afirmativa acima, descreva como a Entidade Executora participou financeiramente da execução Programa, especificando os gastos pagos pelo município/estado.

Aplicação dos recursos financeiros

Para que ocorra a valorização do dinheiro público é previsto em Lei e em Resoluções que os recursos encaminhados pelo FNDE, enquanto não utilizados, sejam obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, a depender do prazo de utilização.

Maiores detalhes podem ser encontrados no Art. 30, inciso XII, da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16.07.09, disponível na internet (www.fnde.gov.br).

4. Diante da situação apresentada descreva se houve aplicação dos recursos recebidos pelo FNDE no mercado financeiro (poupança, aplicação de curto prazo).
5. Em caso de aplicação, comente como os rendimentos foram utilizados. Os Conselheiros devem verificar os extratos bancários apresentados pela EE.

Processo da Aquisição dos Gêneros Alimentícios

Considerando a Lei de licitações e contratos da administração pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93) as compras com dinheiro público devem acontecer por meio de licitações. As modalidades e valores da licitação são: a) Carta Convite – quando o valor anual destinado a gêneros alimentícios é de até R\$ 80.000; b) Tomada de preços – quando o valor anual destinado a gêneros alimentícios é de até R\$ R\$ 650.000,00; c) Pregão – pode ser feita com qualquer valor; d) Concorrência – quando o valor anual destinado a gêneros alimentícios é acima de R\$ R\$ 650.000,00; e) Dispensa de licitação – quando o valor anual destinado a gêneros alimentícios é menor que R\$ 8.000,00. Destaca-se, entretanto, que o Tribunal de Contas da União (TCU) recomenda que no PNAE seja utilizado o Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, e o procedimento de Sistema de Registro de Preços (ata específica de preços e prazos para a modalidade de licitação concorrência ou pregão). Ressalta-se que o edital deverá ser explícito para compras de gêneros alimentícios, contendo a dotação orçamentária com as fontes financeiras declaradas (por exemplo: recursos do PNAE/FNDE, recursos próprios, outras fontes, etc).

6. Descreva a modalidade de licitação adotada pela Entidade Executora no exercício anterior.
7. Comente com que frequência ocorreu a licitação e os motivos pelos quais a Entidade Executora adotou essa frequência.

Agricultura familiar

A partir de 2009, ficou determinado pelas legislações do PNAE que, no mínimo, 30% dos recursos, recebidos pelo FNDE, deverão ser utilizados na aquisição de alimentos diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural. Esta determinação é opcional até dezembro de 2009, sendo obrigatória a partir daí.

Essa informação pode ser encontrada no Capítulo VI da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16.07.09, disponível na internet (www.fnde.gov.br).

8. Diante da afirmativa apresente quais alimentos foram adquiridos da agricultura familiar no exercício anterior.
9. Informe o percentual da compra de alimentos oriundos da Agricultura Familiar, e também, onde estão localizados os agricultores que venderam gêneros para a Entidade Executora (no seu município, estado, região, outras regiões).

Regularização na distribuição

A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e para que seus objetivos sejam alcançados é necessário o cumprimento de uma série de requisitos e, entre eles, destaca-se o controle de diferentes etapas para que ocorra a oferta de refeições em quantidade e qualidade adequadas.

10. Comente como foi feito o controle da distribuição dos gêneros alimentícios, ou seja, o controle de estoque e de recebimento dos alimentos do exercício anterior.

Para construção desse trecho os Conselheiros devem fazer a análise das guias de distribuição dos alimentos encaminhadas pela Entidade Executora junto com o Relatório Anual de Gestão para o CAE.

11. Argumente se a quantidade de gêneros entregues nas escolas foi suficiente para ofertar refeições para todos os alunos.
12. Caso os recursos financeiros tenham sido repassados diretamente para as escolas, como foram adquiridos os gêneros e controladas a quantidade e a qualidade da alimentação e como foi elaborado o cardápio?

Características do cardápio

A oferta de uma alimentação saudável e adequada compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde dos alunos. Tudo isso deve ser considerado no ato do planejamento do cardápio escolar, e é por isso que desde 1994 é de competência do nutricionista da EE a elaboração do cardápio, dentre outras atribuições.

13. Diante da afirmativa acima aponte quem foi o responsável pela elaboração do cardápio no seu município/estado. Caso o CAE tenha participado dessa atividade narre como isso aconteceu.
14. Para que o cardápio seja balanceado alguns valores nutricionais têm que ser considerados. Apresente se os valores de referência de energia, macro e micronutrientes, previstos no anexo III da Resolução CD/FNDE nº38/2009, foram alcançados para cada público alvo.
15. A Resolução do PNAE prevê o incentivo e a oferta de alimentos variados e saudáveis. Diante disso, apresente a quantidade de frutas e hortaliças que foi oferecido por aluno, durante o período de uma semana, no exercício anterior.
16. Informe quantos nutricionistas há no Programa, quais ações foram desenvolvidas por esse(s) profissional(is).

Qualidade da Alimentação oferecida

Os produtos adquiridos para a clientela do PNAE deverão ser previamente submetidos ao controle de qualidade, para que sejam atendidas todas as exigências previstas nas legislações de alimentos. Para tanto, o controle de qualidade deve ser garantido nas diferentes fases do Programa, com o apoio dos órgãos fiscalizadores.

Essa informação pode ser encontrada no Capítulo VII da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16.07.09, disponível na internet (www.fnde.gov.br).

17. Faça a exposição de como foi realizado o controle de qualidade no seu município/estado, no exercício anterior.
18. Apresente como se deu a participação da Vigilância Sanitária de seu município/estado nas etapas de fiscalização dos alimentos, no armazenamento e transporte dos alimentos.

Adesão dos alunos à oferta das refeições

A aceitação de um alimento pelo aluno é o principal fator para determinar a qualidade do serviço prestado pelas escolas. Para averiguar a aceitação de determinado alimento, o teste de aceitabilidade é um instrumento fundamental, pois é de fácil execução e permite verificar a preferência média dos alimentos oferecidos. A realização do teste deve ocorrer sempre que for introduzido um alimento novo ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados.

As metodologias indicadas para realização do teste de aceitabilidade podem ser encontradas no Anexo VII da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16.07.09, disponível na internet (www.fnde.gov.br).

19. Descreva se houve a aplicação do teste de aceitabilidade e como foi a participação do CAE, expondo ainda a metodologia utilizada e o resultado do teste.
20. Se o teste não foi aplicado, relate como a Entidade Executora e o CAE podem garantir que o cardápio foi bem aceito pelos alunos.

Índice de adesão é o quantitativo de pessoas que aderem a determinado serviço. No caso da alimentação escolar o índice de adesão é o percentual de alunos que fizeram a opção por consumir a refeição que estava sendo servida, dividida pelo total de alunos presentes no dia da avaliação.

21. Entendendo os conceitos apresentados aponte qual foi o percentual de adesão do seu município/estado, ou seja, diga qual foi o índice de adesão dos alunos, considerando todas as escolas e todas as modalidades de ensino e se o CAE concorda com o percentual apresentado pela EE.

Avaliação Nutricional

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Uma das formas de mensurar se estão sendo alcançados os objetivos é por meio de estudos do estado nutricional dos escolares. A avaliação do crescimento é a medida que melhor define a saúde, qualidade de vida e o estado nutricional de crianças, e para avaliação nutricional dessa população podem ser utilizados diferentes métodos.

22. A partir do relato apresentado pela Entidade Executora no Relatório Anual de Gestão, comente se houve a realização de diagnósticos nutricionais (avaliação nutricional), ou seja, se os escolares foram pesados, medidos, avaliados por nutricionista, submetidos a exames médicos ou outros.

Atribuições do CAE

Segundo as legislações do PNAE, o CAE é órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento e possui como atribuições/atividades:

- Analisar a prestação de contas e outros documentos financeiros;
- Participar das etapas de controle de qualidade (zelar pela qualidade dos alimentos, orientar quanto ao armazenamento, fiscalizar o veículo que transporta os alimentos, orientar as merendeiras)
- Receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE e fazer a avaliação
- Informar as irregularidades encontradas no Programa para os responsáveis pela fiscalização (Ministério Público, Tribunal de Contas, FNDE)
- Realizar reuniões
- Realizar visitas às escolas
- Participar das licitações / chamadas públicas
- Elaborar o Regimento Interno do CAE
- Verificar se o cardápio está sendo cumprido
- Acompanhar se os cardápios estão sendo aceitos pelos alunos

Para que haja sucesso no alcance de todas as atribuições e atividades do CAE é necessário o empenho/envolvimento dos conselheiros e a parceria efetiva com a Entidade Executora que deve garantir a infraestrutura necessária à plena execução das atividades do CAE, como: disponibilização de sala, equipamentos de informática, transporte para deslocamento dos membros e recursos humanos necessários às atividades de apoio. Outro

parceiro poderá ser os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins.

23. Das atividades listadas acima narre aquelas que foram desenvolvidas pelo CAE e o grau de facilidade ou dificuldade na realização. Para aquelas de difícil realização justifique os motivos, ou seja, indique o quê ou quem impediu/dificultou o trabalho do CAE.
24. Argumente se as atividades desenvolvidas pelo CAE foram suficientes para o controle geral do Programa, no exercício anterior.
25. Caso os conselheiros tenham participado de capacitação informe como essa atividade impactou no desenvolvimento do CAE, ou seja, avalie se a capacitação foi importante para o aprimoramento das atividades dos conselheiros. Indique a data e a instituição que fez a capacitação.
26. Se o conselho desenvolveu outras atividades cite-as.

Incoerências e Não-conformidades

Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar denúncia ao FNDE, ao TCU, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e ao CAE, referente às incoerências identificadas na utilização dos recursos do PNAE. No caso do CAE é imprescindível que caso sejam encontradas irregularidades que os conselheiros elaborem um relatório conclusivo de acompanhamento da execução do PNAE indicando todas as não-conformidades, e que o Parecer Conclusivo também faça o apontamento desses itens, pois o Parecer é um instrumento de aprovação ou reprovação da execução do PNAE.

Essa informação pode ser encontrada no Capítulo XV da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16.07.09, disponível na internet (www.fnde.gov.br).

27. Relate as incoerências encontradas na execução do PNAE no exercício anterior (caso haja).

Informações complementares

28. Caso a EE não tenha atendido o Ensino Médio, avalie a justificativa apresentada pela EE e se posicione sobre o fato.
29. Relate sobre o atendimento a escolas filantrópicas e comunitárias.
30. Relate sobre a existência de outros programas que podem auxiliar o PNAE no município/estado: hortas escolares, urbanas e periurbanas, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), Luz para Todos, Um milhão de cisternas, Saúde Escolar, SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Programa Mais Educação, Territórios da Cidadania, etc.
31. Relate outras experiências/informações sugestões.
32. Registre também as informações divergentes e relevantes presentes no Relatório Anual de Gestão.
33. Avalie resumidamente o novo formato do Roteiro. Essa avaliação é de suma importância para que a equipe do PNAE/FNDE possa revisar o Roteiro ao longo do exercício de 2010 e propor alterações com vistas a garantir a boa execução da política de segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar.

Conclusão da análise da prestação de contas

34. Considerando o exposto no art. 34, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, o CAE, após análise da execução dos recursos repassados para atendimento do PNAE deverá se posicionar quanto à execução do Programa. Desta forma, o formulário relativo ao Parecer deverá conter uma das seguintes possibilidades de conclusão da análise:

APROVADA	A execução ocorreu nos moldes estabelecidos pela Resolução vigente à época.
APROVADA COM RESSALVAS	A execução ocorreu nos moldes estabelecidos pela Resolução vigente à época, porém ocorreram falhas na execução que não causaram prejuízo ao erário. Neste caso, o CAE deverá descrever os fatos e seus responsáveis, com as devidas qualificações.
APROVADA PARCIALMENTE	Parte dos recursos foi utilizado em desconformidade com o disposto nos normativos caracterizando prejuízo ao erário. Neste caso, o CAE deverá indicar o valor do prejuízo para efeito de cobrança por parte desta Autarquia, descrevendo os fatos e seus responsáveis, com as devidas qualificações.
NÃO APROVADA	Os recursos não foram utilizados em conformidade com o disposto nos normativos, desta forma, a execução restou comprometida, uma vez que o objeto ou objetivo do programa não foi alcançado. Assim, deverá ser indicado como despesa impugnada o valor total transferido acrescido de saldo de exercício anterior, caso exista, descrevendo os fatos e seus responsáveis, com as devidas qualificações.